

**Evento:** Reunião de Análise Estratégica do TRF 5

**Data:** 22.05.2014    **Horário:** de 15h às 16h30    **Local:** TRF5

**Relator:** Marcos Claudino

**Participantes:**

| Nome                | E-mail                        | Telefone       |
|---------------------|-------------------------------|----------------|
| João Botelho        | dg@trf5.jus.br                | (81) 3425-9282 |
| Telma Motta         | trmotta@trf5.jus.br           | (81) 3425-9500 |
| Sorária Caio        | soraria@trf5.jus.br           | (81) 3425-9310 |
| Onaldo Mangueira    | onaldo@trf5.jus.br            | (81) 3425-9321 |
| Fernanda Montenegro | fmmontenegro@trf5.jus.br      | (81) 3425-9318 |
| Isabelle Câmara     | iacamara@trf5.jus.br          | (81) 3425-9018 |
| Luiz Targino - DDI  | gestaoestrategica@trf5.jus.br | (81) 3425-9286 |
| Geraldo - DDI       |                               | (81) 3425-9287 |
| Marcos - DDI        |                               | (81) 3425-9171 |

**Pauta/Síntese da Reunião:**

## 1. Introdução

O Diretor da Divisão de Desenvolvimento Institucional, Luiz Targino, iniciou os trabalhos esclarecendo que a Reunião da Análise da Estratégia – RAE está prevista na metodologia do planejamento da gestão da estratégia, e os componentes do comitê institucional estão previstos na Portaria nº. 1282/2009/TRF5, destinando-se à realização da análise dos dados do desempenho da 5ª Região em relação à estratégia. Luiz Targino pontuou ainda que as sugestões e críticas trazidas na reunião serão acrescentadas a uma minuta de relatório.

Luiz Targino fez uma breve explanação sobre o mapa estratégico da Justiça Federal 2010-2014, descrevendo o método do caminho crítico. Destacou, ainda, que não foi possível monitorar o **objetivo estratégico “aprimorar o sistema de gestão judiciária e administrativa”, por conta de problemas na medição do** indicador 25. Apresentou, em seguida, dois objetivos nos quais ainda há dificuldade para a mensuração de indicadores, o primeiro ligado à gestão de pessoas (desenvolver as competências necessárias para o alcance da estratégia), indicadores 26 e 27, e o outro referente aos indicadores 33 e 34, ligados ao objetivo estratégico “assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia”.

Luiz destacou que até hoje não houve a mensuração dos dados referentes aos objetivos anteriormente citados, diante da dificuldade enfrentada para coletar as variáveis relativas aos indicadores 26, 27, 33 e 34, apontando a necessidade de haver um esforço adicional no sentido de viabilizar a mensuração dos referidos indicadores.

O Diretor da Subsecretaria de Pessoal, Onaldo Mangueira, destacou que o CNJ está aprovando uma resolução sobre gestão de pessoas, onde um dos artigos impõe que os órgãos implantem a gestão de competências, que, quando efetivamente implantada, possibilitará a mensuração dos indicadores. Argumentou, ainda, que implantar um programa de gestão de competências depende de um programa macro, e não do Tribunal. Destacou, também, a importância da inserção da gestão de pessoas no planejamento estratégico.

O Diretor-Geral chamou a atenção para que seja verificado o que depende do Tribunal para que seja efetivada a mensuração dos indicadores que não foram mensurados até o momento.

Onaldo salientou que a gestão de competência finalmente está caminhando, e que deve ser implantada em todo o país com a aprovação da resolução do CNJ, tornando mais fácil a mensuração dos indicadores.

Luiz esclareceu que em meados de maio de 2013 houve uma reunião onde se definiu que deveria ser feito um grande esforço em relação a esses indicadores, principalmente, quanto aos indicadores de orçamento. Apontou ainda que o diretor da Subsecretaria de Orçamento e Finanças disse que tomou algumas decisões, mas até então não surtiram efeito. Luiz destacou que os objetivos estratégicos relacionados à gestão de pessoas e orçamento estão na base do planejamento estratégico, pois são eles que vão dar a infra-estrutura necessária para que a estratégia seja impulsionada.

## **2. Indicador 7 - Taxa de nomeação de cargos vagos de magistrados – Meta JF5: 100% - Realizado: 0,0%.**

Luiz Targino passou a apresentar os slides dos indicadores, de acordo com a metodologia do caminho crítico, sendo o primeiro a “taxa de nomeação de cargos vagos de magistrados”, ligado ao objetivo estratégico “facilitar o acesso à Justiça”. Luiz explicou que a meta do referido indicador para 2013 era 100%, porém não foi alcançada, pois, apesar do concurso de magistrados ter sido iniciado no final de 2012, o encerramento e a nomeação dos magistrados apenas ocorreu no início de 2014.

Luiz lembrou ainda que na RAE do Conselho discutiu-se a respeito desse indicador, porque em 2012 outras regiões vivenciaram situação semelhante a que o Tribunal está enfrentando agora. Na época foram apontadas alternativas para o problema, como, por exemplo, a realização de um concurso nacional de magistrados, ou ainda se ter uma frequência de concursos, como já é feito pelo Tribunal.

A Diretora da Secretaria Judiciária, Telma Motta, disse que também estava nessa reunião e falou que isso não resolvia. Destacou que em relação a esse indicador, por mais que o Tribunal seja célere, não há garantia de que o concurso vai terminar no final do ano, em face dos recursos que podem ser apresentados. Telma criticou ainda o fato de não haver meio termo na meta, pois só pode ser 0% ou 100%, sugerindo que a meta seja revista.

## **3. Indicador 10 - Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º Grau – Meta: 40% - Realizado: 46,9%.**

Luiz trouxe os números relativos ao indicador 10, associado ao objetivo estratégico “agilizar os trâmites judiciais”, que é a taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º Grau. A meta fixada para o indicador era de 40%, tendo sido ajustada no ano passado pela Corregedoria-Regional. O resultado alcançado em 2013 foi de 46,9%.

Luiz lembrou que em 2011 a taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º Grau era de 61,8%, passando para 43,3% em 2012, havendo um pequeno acréscimo na referida taxa em 2013. Luiz relatou que no decorrer do curso de iniciação à magistratura, em 2014, Dr.

Leonardo Resende, magistrado da SJCE, levantou a hipótese de que o incremento da taxa de congestionamento neste último ano provavelmente estava vinculado à meta 18. Esse fato também teria sido corroborado numa reunião de diretores de Núcleo Judiciário da 5ª Região no TRF, onde um diretor informou que tinha conhecimento de que algumas varas tinham designado servidores para acompanhar exclusivamente a meta 18.

Telma lembrou da complexidade dos processos relacionados à meta 18, visto que envolvem o processamento de cartas precatórias e cartas de ordem.

Luiz apontou que a Justiça Federal de Sergipe teve a menor taxa de congestionamento (32,6%) enquanto a Justiça Federal do Ceará ficou com a maior taxa (57,2%).

Telma esclareceu que em relação ao Ceará há uma questão histórica, tendo em vista que Pernambuco sempre julgou mais do que o Ceará, além do fato de algumas varas do interior ter muitos processos, enquanto outras têm poucos.

Luiz apresentou os gráficos dos desempenhos por Seção Judiciária, destacando que houve acréscimo na taxa no Ceará, Paraíba, Pernambuco e Sergipe, e decréscimo em relação a Alagoas e Rio Grande do Norte.

Telma apontou que as Seções de Alagoas e Rio Grande do Norte foram as primeiras na obrigatoriedade do PJe, e teriam se saído melhor por ter um incremento de processos eletrônicos mais rápido do que as demais, já que os processos eletrônicos tem uma tramitação mais rápida.

#### **4. Indicador 11 - Taxa de processos no 1º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano – Meta 115% – Realizado: 102,6%.**

Luiz apresentou os gráficos com o desempenho Regional e por Seção Judiciária. Destacou, em seguida, que Telma já tinha enfatizado no ano passado que a meta de 10% era um percentual difícil de ser alcançado. Luiz lembrou que a meta para 2014 é 120%, e que, sempre que surge algum assunto vinculado à fixação de metas, ele levanta a questão de se estabelecer metas audaciosas, mas factíveis.

Telma argumentou que essa meta pode ser factível para outras Regiões, mas não para a 5ª Região, tendo em vista que há mais de 7 anos que se julga mais do que os distribuídos. Apenas uma vez que houve uma questão isolada em relação às Turmas Recursais, que foi resolvida quando houve a designação de juízes com dedicação exclusiva para as Turmas Recursais. Esclareceu ainda que vem trabalhando junto aos Gabinetes em relação às metas fixadas para 2012 a 2014, informando a cada um deles a situação em que se encontram.

Telma sugeriu que a meta fosse construída a partir do percentual de conclusos em relação aos distribuídos.

Luiz disse que Telma tem uma proposta de mostrar o relatório com os desempenhos em todas as Seções Judiciárias, a exemplo do que foi já feito no Rio Grande do Norte no ano passado, com os números vinculados a cada Seccional. Luiz disse ao Diretor-Geral que Telma já tem uma programação nas Seções Judiciárias para o segundo semestre que poderia ser aproveitada para essa finalidade, sendo a sugestão acatada.

**5. Indicador 12 - Taxa de processos antigos julgados no 1º Grau – Meta 50% - Realizado: 66,6%.**

Luiz apresentou os gráficos com o desempenho Regional e por Seção Judiciária, esclarecendo que os dados se referem à Meta 2 do CNJ.

Telma afirmou que acha que os números dessa meta estão totalmente errados. Ela acredita que a taxa no 1º Grau é superior a 90%, igual ao 2º Grau.

Luiz destacou que todas as Seções Judiciárias ultrapassaram a meta de 50%.

**6. Indicador 13 - Taxa de congestionamento do 2º Grau – Meta: 45% - Realizado: 46,5%.**

Luiz esclareceu que a meta foi ajustada no ano passado para 45%, apresentando, em seguida, o desempenho a partir de 2011, que passou de 71,3% para 65,3% em 2012, chegando a 46,5% em 2013.

Luiz destacou que se fossem excluídos dos casos pendentes de 2º Grau os processos sobrestados que estão no NURER, a taxa passaria para 40,1%. Ressaltou ainda que se fossem excluídos todos os processos em tramitação no SREEO que estão dentro do mecanismo da repercussão geral e recurso repetitivo, a taxa iria para 28%.

**7. Indicador 14 - Taxa de processos de conhecimento no 2º Grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano – Meta: 115% - Realizado: 111,3%**

Luiz apresentou o desempenho do Tribunal, que passou de 128,4% em 2012 para 111,3% em 2013. Telma acredita que a meta para 2014 de 120% não será alcançada.

**8. Indicador 15 - Taxa de processos antigos julgados no 2º grau - Meta: 50% - Realizado: 99,8%**

Luiz apresentou os gráficos dos desempenhos de 2012 e 2013, esclarecendo que o 2º Grau atingiu praticamente o mesmo desempenho do ano de 2012.

Telma afirmou que o foco para 2014 será zerar os processos antigos pendentes nos Gabinetes.

**9. Indicador 16 - Taxa de congestionamento do JEF - Meta: 33% - Realizado: 18%**

Luiz destacou que este é um dos indicadores que está com o semáforo azul no caminho crítico, por estar muito acima das expectativas.

Telma argumentou que esse é um dos fatores que demonstra não haver certeza acerca da taxa de congestionamento ideal a ser fixada.

**10. Indicador 17 – Taxa de processos no JEF julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano - Meta: 115% - Realizado: 101,9%**

Luiz apresentou os gráficos do desempenho Regional e por Seção Judiciária.

Ficou registrado que, em face dos juizados especiais da 5ª Região apresentarem congestionamento reduzido, não ocorreu o alcance da meta estabelecida.

**11. Indicador 18 – Taxa de Processos antigos julgados no JEF - Meta: 50% - Realizado: 99,7%**

Luiz apresentou os gráficos do desempenho Regional e por Seção Judiciária, destacando que o percentual alcançado em 2012 foi idêntico ao de 2013 (99,7%).

**12. Indicador 19 – Taxa de agilidade na publicação dos acórdãos - Meta: 100% - Realizado: 99%.**

Luiz apresentou os gráficos dos desempenhos dos anos de 2012 e 2013.

**13. Indicador 20 – Taxa de Congestionamento na Turma Recursal - Meta: 66% - Realizado: 28,6%**

Luiz destacou o excelente desempenho no ano de 2013 em comparação com 2012, em razão da designação de juízes exclusivos para atuação nas Turmas Recursais.

Luiz destacou que neste ano não foi possível fazer um desempenho comparativo dos regionais, por não terem sido disponibilizados os dados. Esclareceu ainda que as Turmas Recursais enfrenta o mesmo problema dos processos sobrestados, e que se fossem excluídos os processos sobrestados dos casos pendentes, em virtude do mecanismo da repercussão geral e dos recursos repetitivos, a taxa despencaria para 7,7%.

Telma informou que o CNJ está pedindo estes dados para ajustar o relatório do Justiça em Números a fim de apresentar essas duas informações.

**14. Indicador 21 - Taxa de processos antigos julgados na Turma Recursal – Meta: 50% - Realizado: 90,2%**

Luiz apresentou os gráficos com os desempenhos dos anos de 2012 e 2013.

**15. Indicador 22 – Taxa de congestionamento nas TRU – Meta 55% - Realizado: 76%**

Luiz destacou que a taxa de congestionamento observada na TRU foi responsável pelo **baixo** desempenho do objetivo estratégico “Aprimorar a estrutura e o funcionamento das Turmas Recursais”.

**16. Indicador 24 – Taxa de audiências de conciliação – Meta 110% - Realizado: 106,2%**

Luiz apresentou os gráficos com os resultados alcançados em 2012 e 2013, tanto regional quanto por Seção Judiciária. Luiz destacou que o macrodesafio Adoção de soluções alternativas de conflito contemplará um indicador de conciliação pré-processual.

**17. Indicador 1 - Taxa de alcance das metas do Mapa Estratégico da Justiça Federal – Meta: 100% - Realizado: 55%.**

Luiz destacou que a 5ª Região foi a única a ajustar os indicadores de melhor desempenho, como as taxas de congestionamento do 1º e 2º Graus. Se tais indicadores não tivessem sido ajustados o desempenho seria muito maior. Além disso, o indicador relativo aos magistrados também influenciou negativamente no resultado da taxa de alcance do mapa estratégico.

Luiz encerrou a reunião agradecendo a participação dos presentes, salientando que os pontos discutidos constarão em relatório a ser encaminhado ao CJF. Esclareceu ainda que os indicadores já constam do relatório de gestão enviado ao TCU, onde também foram inseridos os indicadores de TI, bem como a questão da deficiência do quadro de pessoal da 5ª Região.

| Próximas Ações         |  | Responsável | Data prevista       |
|------------------------|--|-------------|---------------------|
| 1                      | Realizar ajustes no relatório de análise gerencial da estratégia.  | DDI         | 20/06/2014          |
| 2                      | Realizar reuniões nas seccionais vinculadas, objetivando dar conhecimento do relatório de análise gerencial da estratégia. | SJ/DDI      | 2º semestre de 2014 |
| 3                      |  |             |                     |
| 4                      |  |             |                     |
| <b>Próxima Reunião</b> | Data: a definir  | Horário:    | Local:              |